

Pagaram 102 *para ver*

AS críticas do Presidente da República ao sistema de privilégios que se teria criado à sombra de fundações mantidas por empresas estatais não apresentam novidade. No mesmo sentido já se manifestara o Tribunal de Contas da União, faz mais de dois anos, ao determinar a diversos órgãos do Governo que assumissem o controle externo que é de seu dever.

NO Congresso Nacional, quando da elaboração da primeira Lei de Diretrizes Orçamentárias, se procurara inibir a desenvoltura com que estatais manejavam sua receita, para proveito das respectivas fundações: subsídios a associações recreativas, financiamento de déficits anuais, contribuições generosas para o seguro previdenciário.

BASTANTE clamor, portanto. E até agora em vão. Assim, quem não quis se render ao diálogo e à persuasão, pagou para ver a ação que agora se impõe.